

ativos

Uma
empresa



Demonstrações Contábeis

30 de junho de 2026

Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante		858.372	699.592
Caixa e equivalentes de caixa	5	313.155	252.552
Instrumentos financeiros		486.837	430.907
Cotas de Fidc	6.a	51.085	--
Créditos adquiridos	6.d	435.752	430.907
Outros créditos	7	58.119	15.776
Outros valores e bens	8	261	357
Ativo não circulante		1.214.578	1.257.254
Realizável a longo prazo		1.171.326	1.249.442
Instrumentos financeiros		1.140.286	1.220.504
Créditos adquiridos	6.d	1.140.286	1.220.504
Outros créditos	7	31.040	28.938
Investimentos		34.161	6
Participações societárias	9	34.161	6
Imobilizado		1.868	2.514
Imobilizado de uso	10.a	1.934	1.919
Ativo de direito de uso - arrendamento	10.a	6.306	6.306
(Depreciação acumulada)	10.a	(6.372)	(5.711)
Intangíveis		7.223	5.292
Ativos intangíveis	11	10.021	7.999
(Amortização acumulada)	11	(2.798)	(2.707)
Total do ativo		2.072.950	1.956.846

Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante		352.086	503.543
Obrigações por emissão de debêntures	12	155.640	28.862
Outras obrigações		196.446	474.681
Sociais e estatutárias	13.a	3.395	310.207
Fiscais e previdenciárias	13.b	79.544	58.954
Arrendamento	10.b	1.388	1.321
Diversas	13.c	112.119	104.199
Passivo não circulante		600.509	476.134
Obrigações por emissão de debêntures	12	599.616	474.525
Outras obrigações		893	1.609
Arrendamento	10.b	893	1.609
Patrimônio líquido		1.120.355	977.169
Capital social	18.b	845.949	656.103
Reservas de lucros	18.c	131.220	321.066
Lucros acumulados		143.186	--
Total do passivo e patrimônio líquido		2.072.950	1.956.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Receita operacional líquida	14	270.039	232.170	546.181	450.640
Custo de serviços de cobrança	15	(37.132)	(33.481)	(79.229)	(64.973)
Lucro bruto		232.907	198.689	466.952	385.667
Outras receitas/despesas operacionais		(114.177)	(99.413)	(218.394)	(194.832)
Perdas na baixa de créditos adquiridos	6.e	(76.946)	(64.207)	(148.361)	(129.274)
Despesas administrativas	16.a	(23.554)	(17.678)	(44.264)	(35.141)
Resultado de participação em coligadas e controladas	9	3.533	311	4.160	835
Outras receitas operacionais	16.b	10.221	15.026	20.425	29.405
Outras despesas operacionais	16.c	(27.431)	(32.865)	(50.354)	(60.657)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		118.730	99.276	248.558	190.835
Resultado financeiro		(15.513)	(1.883)	(33.351)	(2.279)
Receitas financeiras	17.a	10.745	8.569	21.600	18.800
Despesas financeiras	17.b	(26.258)	(10.452)	(54.951)	(21.079)
Resultado operacional		103.217	97.393	215.207	188.556
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		103.217	97.393	215.207	188.556
Imposto de renda e contribuição social	19.a	(34.205)	(33.042)	(72.021)	(63.905)
Correntes		(35.258)	(33.427)	(74.051)	(64.808)
Diferidos		1.053	385	2.030	903
Lucro líquido		69.012	64.351	143.186	124.651
Número de ações		845.948.534	656.102.904	845.948.534	656.102.904
Ordinárias		422.974.267	328.051.452	422.974.267	328.051.452
Preferenciais		422.974.267	328.051.452	422.974.267	328.051.452
Lucro por ação (R\$)					
Ordinária		0,08	0,09	0,16	0,18
Preferencial ⁽¹⁾		0,09	0,10	0,18	0,20

(1) As ações preferenciais dão direito ao recebimento de dividendos, por ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que atribuído a cada ação ordinária.

Demonstração do resultado abrangente

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Lucro líquido do período	69.012	64.351	143.186	124.651
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--
Efeito dos impostos	--	--	--	--
Resultado abrangente do período	69.012	64.351	143.186	124.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Eventos	Nota	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31/12/2024		656.103	131.220	189.846	--	977.169
Lucro líquido do período		--	--	--	124.651	124.651
Saldos em 30/06/2025		656.103	131.220	189.846	124.651	1.101.820
Mutações do período		--	--	--	124.651	124.651
Saldos em 31/12/2025		656.103	131.220	189.846	--	977.169
Aumento de capital - capitalização de	18.b	189.846	--	(189.846)	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	143.186	143.186
Saldos em 30/06/2026	18.a e 18.b	845.949	131.220	--	143.186	1.120.355
Mutações do período		189.846	--	(189.846)	143.186	143.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações			
Lucro líquido		143.186	124.651
Ajustes ao lucro líquido		282.876	217.372
Atualização monetária sobre dividendos pagos	17.b	13.861	13.292
Atualização sobre debêntures emitidas	17.b	39.507	--
Atualização monetária sobre dividendos recebidos	16.b	(177)	(302)
Atualização monetária de precatórios	16.b	(72)	--
Atualização de impostos e contribuições – Selic		(72)	--
Despesas de depreciação e amortização		752	825
Provisões trabalhistas e cíveis	22.b	12.855	11.213
Resultado de participação em coligadas e controladas	9	(4.160)	(835)
Perdas na baixa de créditos adquiridos	6.e	148.361	129.274
Imposto de renda e contribuição social		72.021	63.905
Lucro líquido ajustado		426.062	342.023
Variações Patrimoniais		(230.663)	(391.324)
(Aumento) Redução em créditos adquiridos		(72.987)	(302.146)
Aplicação em cotas de Fidejussão		(51.085)	--
(Aumento) Redução em outros créditos		(46.128)	(44.602)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		96	(65)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(94.914)	(78.129)
(Redução) Aumento em outras obrigações		34.355	33.618
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		195.399	(49.301)
Fluxo de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
(Aquisição) de imobilizado		(15)	(8)
(Aquisição) de intangível		(2.022)	--
Aporte de capital social – Ativos Gestão		(29.995)	--
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		4.035	1.114
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(27.997)	1.106
Fluxo de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
(Redução) Aumento em obrigações por emissão de debêntures		212.362	--
Dividendos pagos – ações ordinárias		(151.981)	(123.772)
Dividendos pagos – ações preferenciais		(167.180)	(136.150)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(106.799)	(259.922)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		60.603	(308.117)
Início do período		252.552	436.642
Fim do período		313.155	128.525
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		60.603	(308.117)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	1º semestre/2026		1º semestre/2025	
Receitas		541.443		441.476	
Receita de recebimento de créditos	14	571.372		472.728	
Outras receitas/(despesas)		(29.929)		(31.252)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(247.369)		(209.771)	
Perdas na baixa de créditos adquiridos	6.e	(148.361)		(129.274)	
Despesas com serviços de cobrança	15	(79.229)		(64.973)	
Processamento de dados	16.a	(9.640)		(6.674)	
Concessão de uso de software	16.a	(2.414)		(1.465)	
Serviços técnicos especializados	16.a	(2.827)		(3.622)	
Legais e judiciais	16.a	(1.013)		(1.223)	
Serviços de terceiros	16.a	(745)		(386)	
Condomínio	16.a	(318)		(309)	
Viagens no País	16.a	(321)		(184)	
Promoções e relações públicas	16.a	(990)		(248)	
Comunicação	16.a	(377)		(103)	
Custos indiretos contabilidade BB	16.a	(115)		(121)	
Outras		(1.019)		(1.189)	
Valor Adicionado Bruto		294.074		231.705	
Depreciação e Amortização		(752)		(825)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		293.322		230.880	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		25.760		19.635	
Receitas financeiras	17.a	21.600		18.800	
Resultado de participações em coligadas e controladas	9	4.160		835	
Valor Adicionado a Distribuir		319.082	100,00%	250.515	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		319.082	100,00%	250.515	100,00%
Pessoal		19.917	6,24%	15.153	6,05%
Salários e honorários		10.787		8.145	
Participações de empregados e administradores no lucro	16.a	1.910		1.531	
Benefícios e treinamentos		3.692		2.887	
FGTS		961		705	
Outros encargos		2.567		1.885	
Impostos, Taxas e Contribuições		100.884	31,62%	89.485	35,72%
Federais		100.884		89.485	
Remuneração de Capital de Terceiros		55.095	17,27%	21.226	8,47%
Despesas financeiras	17.b	54.951		21.079	
Aluguéis	16.a	144		147	
Remuneração de Capital Próprio		143.186	44,87%	124.651	49,76%
Lucros retidos		143.186		124.651	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 – A Ativos e suas operações

A Ativos S.A. – Securitizadora de Créditos Financeiros (Ativos ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31.10.2002, localizada no SBS, Quadra 01, Bloco G, Lote 32, Edifício Sede III, 5º andar, Parte A, Asa Sul, Brasília-DF. Tem por objeto a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, realizando a gestão dos respectivos créditos e podendo, ainda, participar de outras sociedades.

O capital social da Ativos é constituído por recursos das empresas BB Banco de Investimento S.A. (BB BI) e BB Cayman Islands Holding (BB CI Holding), empresas controladas pelo Banco do Brasil S.A.

A Ativos possui participação de 100% no capital social da Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando, de forma compartilhada, de parte da infraestrutura administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Ativos não apresenta suas demonstrações contábeis de forma consolidada, em conformidade com o item 4 do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 28/08/2026.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Ativos. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Ativos continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Ativos de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025.

e) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 18

Em outubro de 2025, o CPC aprovou o pronunciamento CPC 51 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis, que estabelece requisitos gerais e específicos para a apresentação de informações nas demonstrações

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

do resultado e do resultado abrangente, no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Também estabelece requisitos para a divulgação de informações nas notas explicativas.

Esse CPC entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Ativos está avaliando os impactos do pronunciamento para as próximas divulgações.

3 – Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis adotadas pela Ativos são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. Exceto aquelas receitas oriundas das operações de créditos adquiridos, que por se tratar de créditos “estressados”, referindo-se a créditos com qualidade deteriorada, originados de instituições onde se encontravam no *status* “baixados para perda”, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro, descontado dos valores de aquisição, pois não foi possível mensurar com confiabilidade a taxa efetiva de juros ajustada pelo risco de crédito das carteiras adquiridas.

A apropriação como perdas dos créditos adquiridos considerados incobráveis por erro no cedente, pelo atingimento da vida útil prevista (baixa do estoque), operações sem acordo ou acordos quebrados e inadimplidos, é realizada conforme metodologia desenvolvida pela Ativos.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die* com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Custo de serviços de cobrança

Os Custos dos Serviços de Cobrança são registrados na Demonstração do Resultado quando incorridos. Os gastos são relativos aos serviços de cobrança prestados por empresas terceirizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, as aplicações em cotas de fundo de investimento de curto prazo e as aplicações em certificados de depósitos bancários (Nota 5).

d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a classificação dos ativos financeiros é realizada a partir de uma análise das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos. Os ativos financeiros são classificados nas categorias abaixo relacionadas:

Custo amortizado: são ativos financeiros geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria, os fluxos de caixa futuros previstos contratualmente devem constituir-se exclusivamente em pagamentos de principal e juros em datas especificadas.

Mensurado nessa categoria, a Ativos detém a aplicação em certificado de depósito bancário (CDB BB Rende Fácil); as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (Fidc) e o ativo financeiro “Créditos adquiridos”, sem coobrigação, que são operações de créditos de qualidade deteriorada, originados de instituições financeiras onde se encontravam no *status* “baixados para perda”. Para o ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

de crédito, o CPC 48 considera que no reconhecimento inicial, o risco de crédito é elevado, e no caso de compra é adquirido com grande desconto.

Os créditos adquiridos são representados por empréstimos bancários classificados como *Non Performing Loans* (NPL) e avaliados ao valor de custo, incorporando-se a perda esperada no preço de aquisição, com base nas premissas de acordo com o valor recuperável da carteira adquirida, utilizando-se de taxa de desconto, curvas históricas e valor presente líquido das carteiras.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são ativos financeiros geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios.

A Ativos não possui ativos financeiros mensurados nessa categoria.

Valor justo por meio do resultado: são ativos financeiros que não se enquadram nas categorias custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou que são, no reconhecimento inicial, designados de forma irrevogável como valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar um descasamento contábil caso fossem mensurados de outra forma.

Os ativos financeiros da Ativos enquadrados nessa categoria são as aplicações financeiras em “Fundos de investimento”.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Os passivos financeiros devem ser mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, conforme os critérios estabelecidos no CPC 48.

O principal passivo mensurado na categoria ao custo amortizado é:

Obrigações por debêntures emitidas - Representam a captação de recursos mediante a emissão de debêntures nominativas e escriturais, sem garantias e não conversíveis em ações.

e) Tributos

Os tributos são apurados sob o regime do lucro real, com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários – Nota 19.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo do crédito tributário, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado, de acordo com CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

f) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, em conformidade com as instruções e normas do Conselho Federal de Contabilidade.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativo Imobilizado: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas (Nota 10).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Ativos, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Contemplam os gastos com aquisição de softwares e licenças de uso com prazo de amortização de 5 anos (Nota 11).

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

g) Arrendamento

A Ativos avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato e reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Ativos é arrendatária.

Como resultado dessa avaliação, a Ativos identificou um único contrato de arrendamento que tem como objeto o aluguel do imóvel sede, utilizado na prática de suas operações. Esse contrato é uma locação com o Banco do Brasil, com vencimento em 09/01/2028, firmado em condições e termos usuais de mercado.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita de arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente identificada, a Ativos usa sua taxa incremental de captação. A taxa de desconto é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo e garantia semelhantes, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Ativos utilizou a taxa incremental que representa o custo equivalente a um empréstimo imobiliário para pessoa jurídica em condições normais de mercado. A taxa de desconto para o período do contrato foi de 10,2% a.a.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento do arrendamento realizado. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo arrendamento correspondente e os pagamentos efetuados na ou antes da data de aquisição, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (caso aplicável). Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil correspondente do ativo, qual for o menor.

No cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, foram considerados os fatos e as circunstâncias relevantes para exercer ou não as opções de renovação e/ou rescisão antecipada. O direito de uso do imóvel alugado é reconhecido no balanço patrimonial como ativo imobilizado – ativos de direito de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento constam em outras obrigações – arrendamento.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, a Ativos estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (*impairment*), reconhecida na Demonstração do Resultado.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na avaliação de assessores jurídicos e da Administração, for considerado uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

A Ativos utiliza, para fins de mensuração das provisões cíveis, método massificado e estatístico de probabilidade e estimativa, denominado “valor esperado” (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor iguais a remoto, possível ou provável), em conformidade com o CPC 25, item 39.

Os processos de natureza trabalhista, por sua vez, não integram o modelo massificado, sendo avaliados individualmente por meio de abordagem julgamental, considerando as particularidades de cada demanda, o estágio processual, os elementos disponíveis e a avaliação quanto à probabilidade de perda, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 25.

j) Gerenciamento de riscos

A Ativos adota política conservadora, em alinhamento com a política de gerenciamento de riscos do Conglomerado Banco do Brasil. A Companhia não opera no mercado de derivativos, câmbio, instrumentos financeiros sujeitos à *Volcker Rule* ou com itens diferentes do R\$ – Real.

A Ativos não está sujeita ao Risco de Crédito, devido ao modelo de negócio, não existindo as figuras de tomador e devedor e inexistindo inadimplência de crédito. A Companhia possui estrutura própria de gestão de riscos com diretrizes para o processo de identificação, avaliação, mensuração, controle, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos envolvidos no negócio.

A Ativos adota a gestão integrada de riscos corporativos, com foco na inter-relação entre os processos, pessoas, sistemas, controle, riscos e resultados.

As disponibilidades são mantidas em conta corrente e em aplicações financeiras realizadas com os fundos de renda fixa, de alta liquidez e baixa volatilidade, administrados pela BB Asset Management e/ou em papéis emitidos pelo Banco do Brasil, o que minimiza principalmente os riscos de liquidez e de mercado.

Os riscos considerados como relevantes, avaliados a partir da análise dos processos, do impacto e da probabilidade de ocorrência nos negócios são Risco de Estratégia; Risco de Liquidez; Risco de Mercado; Risco de Reputação; Risco Operacional (engloba os riscos: Conduta, Cibernético, Conformidade, Legal, Segurança (inclusive risco de Lavagem de Dinheiro, de Financiamento do Terrorismo, do Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa e de Corrupção – PCL/FTP-C, Terceiros e Tecnologia da Informação) e Risco Social.

Na Ativos a gestão dos riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios.

A Companhia estabeleceu Programa de Compliance e Integridade contendo mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia e aplicação efetiva do Código de Conduta, Ética e Integridade e a Política de Gestão de Riscos. A Política de Gestão de Riscos e o Programa de Compliance e Integridade são aprovados pelo Conselho de Administração, com o assessoramento dos Comitês de Auditoria (Coaud) e de Riscos e de Capital (Coris) em compartilhamento com o Conglomerado BB e ficam disponíveis no site da Ativos (<https://ativosbb.com.br/quem-somos>).

4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pela Ativos poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Ativos e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativa ocorre em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, a Ativos avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a Ativos estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, a Ativos testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

c) Perdas na baixa de créditos adquiridos

Os créditos adquiridos, que por se tratar de créditos “estressados”, referindo-se a créditos com qualidade deteriorada, originados de instituições onde se encontravam no status “baixados para perda”, são reconhecidos inicialmente por seu valor de custo já líquido da perda esperada e, mensalmente, há o reconhecimento das perdas, mediante o desempenho de recuperação. Essas perdas são registradas em conformidade com o CPC 48, para os ativos financeiros adquiridos com problemas de recuperação de crédito.

Adicionalmente, o CPC 48 recomenda que em cada data de balanço, a entidade reavalie o valor da alteração das perdas de crédito esperadas, e se aplicável, reconheça um ganho ou perda na redução ao valor recuperável no resultado.

Conforme essas exigências, a Companhia desenvolveu a metodologia para a baixa das carteiras adquiridas que consiste em estabelecer uma curva de baixa mensal até o desgaste total da carteira. Essa curva de baixa de cada uma das carteiras de créditos adquiridas é monitorada anualmente para que atendam a um intervalo de assertividade dentro de até 3%. Caso esse percentual seja ultrapassado, inicia-se um processo de revisão e readequação das variáveis para preservar a qualidade do modelo.

d) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pela Ativos estão sujeitas ao pagamento de impostos onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pela Ativos e pela sua subsidiária no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pela Ativos, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando a Ativos possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário da Ativos é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pela Ativos para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pela Ativos que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

5 – Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	313.155	252.552
Fundos de investimento ⁽¹⁾	300.939	245.873
Caixa e depósitos bancários	1.724	3.433
Certificado de depósito bancário – CDB ⁽²⁾	10.492	3.246
Total	313.155	252.552

(1) Correspondem às aplicações financeiras nos fundos de investimento de mercado BB RF CP Corporate Ágil e BB RF Ref. DI Títulos Públicos FI LP, administrados pela BB Asset Management, cuja carteira é composta por títulos públicos federais pré e pós-fixados e em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Os fundos de investimento são mensurados a valor justo por meio do resultado, apresentam liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor justo.

(2) Correspondem às aplicações financeiras no CDB BB Rende Fácil, título emitido pelo controlador Banco do Brasil com a finalidade de aplicação automática do saldo em conta corrente. Essa aplicação é mensurada ao custo amortizado, possui liquidez diária e remuneração por percentual do CDI.

6 – Instrumentos financeiros

a) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são no fundo de investimento BB RF CP Corporate Ágil e BB RF Ref. DI Títulos Públicos FI LP, administrados pela BB Asset Management e no CDB BB Rende Fácil (Nota 5).

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NPL – Ativos I ("Fidc") foi constituído com a finalidade de adquirir, administrar e recuperar direitos creditórios elegíveis, observadas as condições estabelecidas em seu regulamento. A Ativos detém integralmente as cotas emitidas pelo Fundo, sendo, portanto, um fundo monocotista.

	30/06/2026	31/12/2025
Cotas de Fidc	51.085	--
Total	51.085	--

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Rendas de aplicações financeiras

	Nota	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Rendimentos de fundos de investimento	17.a	9.650	8.564	20.493	18.790
BB RF Ref. DI Títulos Públicos FI LP		9.500	8.147	20.193	17.920
BB RF CP Corporate Ágil		150	417	300	870
Rendimentos de Fidejussão	17.a	1.085	--	1.085	--
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NPL – Ativos I		1.085	--	1.085	--
Rendimentos de CDB	17.a	10	5	22	10
BB Rende Fácil		10	5	22	10
Total		10.745	8.569	21.600	18.800

c) Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Fundos de Investimento: são contabilizados pelo valor de mercado, que é representado pelo valor justo da cota, divulgado pelo Administrador dos fundos.

Níveis de informação referentes a ativos mensurados a valor justo no balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela Ativos são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a empresa estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos financeiros mensurados a valor justo no balanço

	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo Contábil	Nível 2	Saldo Contábil	Nível 2
Ativo	300.939	300.939	245.873	245.873
BB RF Ref. DI Títulos Públicos FI LP ⁽¹⁾	296.158	296.158	241.286	241.286
BB RF CP Corporate Ágil ⁽¹⁾	4.781	4.781	4.587	4.587

(1) O valor do custo atualizado dos fundos de investimento equivale ao valor justo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Créditos adquiridos

	30/06/2026	31/12/2025
Créditos adquiridos ⁽¹⁾	1.576.038	1.651.411
Total	1.576.038	1.651.411
Ativo circulante	435.752	430.907
Ativo não circulante	1.140.286	1.220.504

(1) Referem-se, principalmente, às operações de CDC (empréstimos e financiamentos), Cheque Especial, Cartão de Crédito, Adiantamento a Depositantes, Giro Rápido, Desconto de Títulos, *Leasing*, Conta Garantida e outras oriundas do Banco do Brasil S.A.; e operações de Cartão de Crédito, CDC (empréstimos e financiamentos), Renegociação de Dívidas e Capital de Giro oriundas de outras Instituições Financeiras.

e) Movimentação de créditos adquiridos

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Saldo Inicial	1.557.834	1.216.684	1.651.411	987.984
Aquisições no período	133.205	37.265	151.297	355.320
Banco do Brasil S.A.	130.543	37.265	130.543	355.320
Outras instituições	2.662	--	20.754	--
Perdas na baixa de créditos adquiridos ⁽¹⁾	(76.946)	(64.207)	(148.361)	(129.274)
Baixas por recebimento	(38.055)	(28.887)	(78.309)	(53.175)
Saldo Final	1.576.038	1.160.855	1.576.038	1.160.855

(1) Referem-se à apropriação como perdas dos créditos adquiridos, conforme metodologia desenvolvida pela Ativos, decorrentes (i) do atingimento da vida útil (baixa do estoque); ou (ii) considerados incobráveis por erro no cedente, decisão judicial ou acordos quebrados e inadimplidos.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30/06/2026 e 31/12/2025, não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto e não foram realizadas transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante o período encerrado em 30/06/2026 e o exercício encerrado em 31/12/2025.

7 – Outros créditos

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	19.d	29.869	27.839
Impostos e contribuições a compensar		56.399	10.197
Dividendos e bonificações a receber		--	3.898
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾		1.171	1.099
Depósitos bloqueados ⁽²⁾		1.150	1.066
Pontos programa de relacionamento		570	614
Outros		--	1
Total		89.159	44.714
Ativo circulante		58.119	15.776
Ativo não circulante		31.040	28.938

(1) Valor referente ao reconhecimento de precatório oriundo de decisão transitada em julgado de ação judicial de repetição de indébito tributário, referente à recuperação de ISSQN a compensar de anos anteriores.

(2) Referem-se aos saldos bloqueados na conta da Companhia por determinação judicial decorrente, principalmente, de ações cíveis de questionamento de clientes em relação a cobrança dos créditos adquiridos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – Outros valores e bens

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamentos a terceiros ⁽¹⁾	131	256
Valores a receber de sociedades ligadas	102	101
Outros	28	--
Total	261	357
Ativo circulante	261	357

(1) Referem-se aos adiantamentos realizados aos escritórios advocatícios para cobrir custas judiciais e pagamento de indenizações cíveis e trabalhistas.

9 – Participações societárias

Movimentação em controlada

Empresa	Saldo Contábil	Movimentações 1º semestre/2026			Saldo Contábil	Resultado de Equivalência
	31/12/2025	Resultado de Equivalência	Aumento de capital	Dividendos	30/06/2026 2º trimestre/2026	
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	6	4.160	29.995	--	34.161	3.533

Empresa	Saldo Contábil	Movimentações 1º semestre/2025			Saldo Contábil	Resultado de Equivalência
	31/12/2024	Resultado de Equivalência	Aumento de capital	Dividendos	30/06/2025 2º trimestre/2025	
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	6	835	--	--	841	311

Empresa	30/06/2026				
	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido 1º semestre/2026	Quantidade de Ações	Participação do Capital Social %
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	30.000	34.161	4.160	30.000.000	100

Empresa	30/06/2025				
	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido 1º semestre/2025	Quantidade de Ações	Participação do Capital Social %
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	5	841	835	5.000	100

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 – Imobilizado

a) Imobilizado de uso

	De uso	De direito de uso	Total
	Móveis e equipamentos	Edificações	
Custo de aquisição			
Saldo em 31/12/2024	1.890	6.306	8.196
Aquisições	8	--	8
Baixas	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--
Saldo em 30/06/2025	1.898	6.306	8.204
Saldo em 31/12/2025	1.919	6.306	8.225
Aquisições	15	--	15
Baixas	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--
Saldo em 30/06/2026	1.934	6.306	8.240
Depreciação acumulada			
Saldo em 31/12/2024	(1.597)	(2.646)	(4.243)
Despesa de depreciação	(123)	(610)	(733)
Baixas	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--
Saldo em 30/06/2025	(1.720)	(3.256)	(4.976)
Saldo em 31/12/2025	(1.845)	(3.866)	(5.711)
Despesa de depreciação	(51)	(610)	(661)
Baixas	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--
Saldo em 30/06/2026	(1.896)	(4.476)	(6.372)
Valor contábil			
Saldo em 31/12/2025	74	2.440	2.514
Saldo em 30/06/2026	38	1.830	1.868

b) Arrendamento

Arrendamento	Arrendamento a Pagar ⁽²⁾	Juros Incorridos ⁽²⁾	Prestações Pagas ⁽²⁾	30/06/2026 Saldo Contábil	31/12/2025 Saldo Contábil
Arrendamento ⁽¹⁾	6.306	1.480	(5.505)	2.281	2.930
Total				2.281	2.930
Passivo circulante				1.388	1.321
Passivo não circulante				893	1.609

(1) O saldo do passivo de arrendamento (aluguel da sede da Ativos) é o somatório do valor de todas as prestações contratuais reduzido dos juros a transcorrer e das prestações pagas no período.

(2) Os valores estão acumulados desde o início do contrato de aluguel.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Análise de vencimento dos passivos de arrendamento

Representa os fluxos de caixa contratuais não descontados a valor presente por prazo de vencimento.

	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 ano	1.548	1.548
De 1 a 3 anos	903	1.677
Total ⁽¹⁾	2.451	3.225

(1) Cronograma de desembolso calculado com base nas contraprestações de R\$ 129 mil mensais, estabelecidas no contrato de aluguel com o BB.

11 – Intangível

	Software adquiridos	Software desenvolvidos	Software em desenvolvimento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31/12/2024	2.342	912	3.513	6.767
Aquisições	--	--	--	--
Baixas	--	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--	--
Saldo em 30/06/2025	2.342	912	3.513	6.767
Saldo em 31/12/2025	2.342	912	4.745	7.999
Aquisições	--	--	2.022	2.022
Baixas	--	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--	--
Saldo em 30/06/2026	2.342	912	6.767	10.021
Amortização Acumulada				
Saldo em 31/12/2024	(2.342)	(182)	--	(2.524)
Despesa de amortização	--	(91)	--	(91)
Baixas	--	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--	--
Saldo em 30/06/2025	(2.342)	(273)	--	(2.615)
Saldo em 31/12/2025	(2.342)	(365)	--	(2.707)
Despesa de amortização	--	(91)	--	(91)
Baixas	--	--	--	--
Outras movimentações	--	--	--	--
Saldo em 30/06/2026	(2.342)	(456)	--	(2.798)
Valor Contábil				
Saldo em 31/12/2025	--	547	4.745	5.292
Saldo em 30/06/2026	--	456	6.767	7.223

12 – Obrigações por emissão de debêntures

As debêntures emitidas são nominativas e escriturais, sem garantias, não conversíveis em ações e com prazo de vencimento de 4 anos, a partir da data de emissão.

As amortizações são realizadas em parcelas mensais a partir do 13º mês contado da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 10 de novembro de 2026, à razão de 2,5% ao mês nos primeiros 24 meses, e de 3,3333% ao mês nos últimos 12 meses, conforme cronograma contratual.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A remuneração paga mensalmente é calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis à taxa de 100% da DI acrescida de um *spread* de 0,55% a.a.

	Valor Emitido	Custos de Transação	Remuneração a.a. (%)	Data da Captação	Vencimento	30/06/2026	31/12/2025
Debêntures ⁽¹⁾	500.000	657	DI + 0,55	27.10.2025	10.10.2029	503.321	503.387
Debêntures ⁽¹⁾	250.000	--	DI + 0,55	11.05.2026	10.10.2029	251.935	--
Total						755.256	503.387
Passivo circulante						155.640	28.862
Passivo não circulante						599.616	474.525

(1) Refere-se a aquisição integral dos títulos pela BB Elo Cartões, em 27/10/2025 e 11/05/2026.

Movimentações das debêntures

	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Debêntures		
Saldo inicial	504.026	--
Emissão	250.000	--
Atualização	39.507	--
Juros pagos	(37.729)	--
Saldo das debêntures	755.804	--
Custos de transação		
Saldo inicial	(639)	--
Amortização	91	--
Saldo dos custos de transação	(548)	--
Saldo final das obrigações por emissão de debêntures	755.256	--

13 – Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	30/06/2026	31/12/2025
Dividendos a pagar	--	305.299
Gratificações e participações a pagar	1.391	4.908
Provisão para participações nos lucros	2.004	--
Total	3.395	310.207
Passivo circulante	3.395	310.207

b) Fiscais e previdenciárias

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	74.144	--
Impostos e contribuições a recolher	5.400	5.814
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	--	53.140
Total	79.544	58.954
Passivo circulante	79.544	58.954

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Diversas

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Provisões trabalhistas e cíveis	22.b	86.179	79.032
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾		18.451	18.405
Valores a pagar a sociedades ligadas		3.574	2.656
Pagamento de clientes a processar		1.075	1.727
Outros		2.840	2.379
Total		112.119	104.199
Passivo circulante		112.119	104.199

(1) Referem-se, principalmente, aos valores devidos sobre comissões aos escritórios de cobrança, despesas administrativas em geral e escritórios advocatícios.

14 – Receita operacional líquida

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Receita Bruta de Serviços de Cobrança	282.373	243.526	571.372	472.728
Receita de recebimento de créditos	282.373	243.526	571.372	472.728
Deduções da Receita Bruta	(12.334)	(11.356)	(25.191)	(22.088)
Despesas de PIS/Pasep e Cofins	(12.334)	(11.356)	(25.191)	(22.088)
Receita Operacional Líquida	270.039	232.170	546.181	450.640

15 – Custo de serviços de cobrança

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Comissões de recebimentos de créditos ⁽¹⁾	(28.993)	(27.471)	(60.823)	(54.172)
Despesas gerais ⁽²⁾	(8.139)	(5.959)	(18.368)	(10.749)
Reembolso por cessão de operações	--	(51)	(38)	(52)
Total	(37.132)	(33.481)	(79.229)	(64.973)

(1) Referem-se às comissões pagas às empresas prestadoras de serviços de cobrança, conforme critérios definidos em contratos;

(2) Referem-se às despesas vinculadas ao pagamento de empresas prestadoras de serviços de cobrança ativa e receptiva (Contact Center), envio de mensagens, enriquecimento de dados e plataformas de negociação digital de dívidas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – Outras receitas / (despesas) operacionais

a) Despesas administrativas

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Pessoal, encargos sociais, benefícios e treinamentos	(10.807)	(8.326)	(20.799)	(15.731)
Processamento de dados	(4.382)	(2.806)	(9.640)	(6.674)
Serviços técnicos especializados	(2.042)	(1.513)	(2.827)	(3.622)
Concessão de uso de software	(1.098)	(718)	(2.414)	(1.465)
Participações no lucro	(908)	(765)	(1.910)	(1.531)
Legais e judiciais	(325)	(797)	(1.013)	(1.223)
Promoções e relações públicas	(894)	(155)	(990)	(248)
Serviços de terceiros	(521)	(195)	(745)	(386)
Depreciação - Arrendamento	(305)	(305)	(610)	(610)
Tributárias	(474)	(418)	(484)	(1.052)
Honorários	(202)	(195)	(396)	(331)
Comunicação	(288)	(57)	(377)	(103)
Viagens no País	(203)	(125)	(321)	(184)
Condomínio	(165)	(237)	(318)	(309)
Aluguéis	(72)	(73)	(144)	(147)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	(48)	(107)	(142)	(214)
Sistema financeiro	(97)	--	(139)	--
Custos indiretos contabilidade BB	(57)	(61)	(115)	(121)
Custos de suporte direção geral BB	(42)	(44)	(84)	(87)
Outras	(624)	(781)	(796)	(1.103)
Total	(23.554)	(17.678)	(44.264)	(35.141)

b) Outras receitas operacionais

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Reversão de provisões trabalhistas e cíveis	6.782	13.944	14.212	27.052
Recuperação de despesas de terceiros ⁽¹⁾	809	457	2.426	778
Reembolso de escritórios advocatícios ⁽²⁾	1.674	--	1.783	18
Recuperação de depósitos judiciais ⁽³⁾	406	245	908	839
Ressarcimento de custos - Ativos Gestão	293	230	595	414
Atualização monetária de dividendos a receber	44	149	177	302
Atualização monetária de precatórios	37	--	72	--
Atualização de impostos e contribuições a compensar	--	--	72	--
Outras	176	1	180	2
Total	10.221	15.026	20.425	29.405

(1) Refere-se, principalmente, ao reembolso de custas judiciais pelo banco cedente de operações de créditos adquiridas.

(2) Refere-se à devolução de custas judiciais dos escritórios advocatícios.

(3) Refere-se, principalmente, ao levantamento de depósitos judiciais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outras despesas operacionais

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Provisões trabalhistas e cíveis	(14.625)	(16.713)	(27.067)	(30.783)
Demandas judiciais cíveis ⁽¹⁾	(12.806)	(16.152)	(23.287)	(29.874)
Total	(27.431)	(32.865)	(50.354)	(60.657)

(1) Referem-se às indenizações, honorários advocatícios e custas judiciais.

17 – Resultado financeiro

a) Receitas financeiras

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Rendimentos de fundos de investimento	9.650	8.564	20.493	18.790
Rendimentos de Fidc	1.085	--	1.085	--
CDB	10	5	22	10
Total	10.745	8.569	21.600	18.800

b) Despesas financeiras

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Despesas de captação na emissão de debêntures	(21.966)	--	(39.507)	--
Atualização monetária sobre obrigações sociais e estatutárias	(3.444)	(5.931)	(13.861)	(13.292)
Comissões e despesas bancárias	(765)	(927)	(1.432)	(1.756)
Juros pagos – Arrendamento	(58)	(89)	(124)	(185)
Juros pagos – Empréstimos	(3)	(3.505)	(5)	(5.846)
Outras	(22)	--	(22)	--
Total	(26.258)	(10.452)	(54.951)	(21.079)

18 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido	1.120.355	977.169
Valor patrimonial por ação (R\$)	1,32	1,49

b) Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 845.949 mil (R\$ 656.103 mil em 31/12/2025), está dividido em 845.948.534 ações, sendo 422.974.267 ações ordinárias e 422.974.267 ações preferenciais, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 30/04/2026, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o aumento do capital social da Ativos no montante de R\$ 189.846 mil, mediante capitalização da reserva estatutária. O capital social foi elevado de R\$ 656.103 mil para R\$ 845.949 mil.

Acionistas	Ações	% Total
BB Banco de Investimento S.A. – BB BI ⁽¹⁾	630.231.658	74,5
BB Cayman Islands Holding – BB CI Holding	215.716.876	25,5
Total	845.948.534	100,0

(1) O BB BI possui 207.257.391 ações ordinárias e 422.974.267 ações preferenciais, sem direito a voto.

c) Reservas de lucros

	30/06/2026	31/12/2025
Reservas de lucros	131.220	321.066
Reserva legal	131.220	131.220
Reserva estatutária	--	189.846

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, a Ativos atingiu esse limite na distribuição do resultado do exercício de 2024.

A Reserva Estatutária tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do capital social, conforme estabelecido no Estatuto Social da Ativos.

19 – Tributos

a) Demonstração das despesas de IR e CSLL

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Valores correntes	(35.258)	(33.427)	(74.051)	(64.808)
IR e CSLL no país	(35.258)	(33.427)	(74.051)	(64.808)
Valores diferidos	1.053	385	2.030	903
Total	(34.205)	(33.042)	(72.021)	(63.905)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	103.217	97.393	215.207	188.556
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	(35.094)	(33.114)	(73.170)	(64.109)
Resultado de ajustes de investimentos em coligadas e controladas	1.201	106	1.414	284
Outros valores	(312)	(34)	(265)	(80)
IR e CSLL do período	(34.205)	(33.042)	(72.021)	(63.905)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas tributárias

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Cofins ⁽¹⁾	(10.610)	(9.768)	(21.670)	(19.000)
PIS/Pasep ⁽¹⁾	(1.724)	(1.588)	(3.521)	(3.088)
Outras	(474)	(418)	(484)	(1.052)
Total	(12.808)	(11.774)	(25.675)	(23.140)

(1) Deduções da receita bruta.

d) Ativo fiscal diferido (crédito tributário)

Ativado

	31/12/2025	1º semestre/2026		30/06/2026
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	27.839	9.646	(7.616)	29.869
Provisões passivas	27.839	9.646	(7.616)	29.869
Total dos créditos tributários ativados	27.839	9.646	(7.616)	29.869
IR	20.284	7.029	(5.506)	21.807
CSLL	7.555	2.617	(2.110)	8.062

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação de 31/12/2025, sendo o valor presente apurado com base na taxa média do CDI.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2026	9.238	8.168
Em 2027	6.623	5.286
Em 2028	6.758	4.938
Em 2029	2.776	1.864
Em 2030	1.231	760
Em 2031	1.213	688
Total de créditos tributários em 31/12/2025	27.839	21.704

No 1º Semestre/2026, houve realização de créditos tributários na Ativos no montante de R\$ 7.616 mil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 - Partes relacionadas

Custos com as remunerações e benefícios de curto prazo da diretoria e conselho de administração

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Honorários e encargos sociais	1.398	1.482	2.563	2.316
Diretoria	1.257	1.347	2.286	2.085
Conselho de Administração	141	135	277	231
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	1.363	915	1.363	915
Outros ⁽¹⁾	245	182	393	294
Total	3.006	2.579	4.319	3.525

(1) Referem-se às contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

A Ativos não concede empréstimos aos seus Diretores e membros do seu Conselho de Administração.

A Ativos realiza, principalmente com o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados). Há, ainda, contrato de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das transações com partes relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da Ativos com as partes relacionadas e seus respectivos resultados.

		30/06/2026		31/12/2025	
	Nota	Banco do Brasil S.A.	Outras Partes Relacionadas ⁽⁴⁾	Total	Total
Ativos					
Disponibilidades	5	1.724	--	1.724	3.433
Certificados de depósitos bancários	5	10.492	--	10.492	3.246
Créditos adquiridos empresas ligadas		1.431.297	25.913	1.457.210	1.508.284
Dividendos e bonificações a receber	7	--	--	--	3.898
Valores a receber de sociedades ligadas	8	--	102	102	101
Ativo de direito de uso - Arrendamento	10.a	1.830	--	1.830	2.440
Outros ativos ⁽¹⁾	7	--	570	570	614
Passivos					
Debêntures	12	--	755.256	755.256	503.387
Dividendos a pagar	13.a	--	--	--	305.299
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽²⁾	13.c	3.574	--	3.574	2.656
Arrendamento	10.b	2.281	--	2.281	2.930

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		2º trimestre/2026		2º trimestre/2025	
	Nota	Banco do Brasil S.A.	Outras Partes Relacionadas ⁽⁴⁾	Total	Total
Receitas					
Ressarcimento de custos	16.b	--	293	293	230
Atualização monetária dos dividendos a receber	16.b	--	44	44	149
Despesas					
Despesas de captação na emissão de debêntures	17.b	--	(21.966)	(21.966)	--
Despesas de pessoal		(6.477)	--	(6.477)	(4.166)
Suporte operacional e custos indiretos BB	16.a	(99)	--	(99)	(105)
Atualização monetária sobre obrigações sociais e estatutárias ⁽³⁾	17.b	--	(3.444)	(3.444)	(5.931)
Depreciação - arrendamento	16.a	(305)	--	(305)	(305)
Juros - arrendamento	17.b	(58)	--	(58)	(89)
Juros empréstimos	17.b	(3)	--	(3)	(3.505)
Serviços técnicos especializados		(82)	--	(82)	(69)
Comissões e despesas bancárias	17.b	(765)	--	(765)	(927)
		1º semestre/2026		1º semestre/2025	
	Nota	Banco do Brasil S.A.	Outras Partes Relacionadas ⁽⁴⁾	Total	Total
Receitas					
Ressarcimento de custos	16.b	--	595	595	414
Atualização monetária dos dividendos a receber	16.b	--	177	177	302
Despesas					
Despesas de captação na emissão de debêntures	17.b	--	(39.507)	(39.507)	--
Despesas de pessoal		(12.243)	--	(12.243)	(7.417)
Suporte operacional e custos indiretos BB	16.a	(199)	--	(199)	(208)
Atualização monetária sobre obrigações sociais e estatutárias ⁽³⁾	17.b	--	(13.861)	(13.861)	(13.292)
Depreciação - arrendamento	16.a	(610)	--	(610)	(610)
Juros - arrendamento	17.b	(124)	--	(124)	(185)
Juros empréstimos	17.b	(5)	--	(5)	(5.846)
Serviços técnicos especializados		(123)	--	(123)	(108)
Comissões e despesas bancárias	17.b	(1.432)	--	(1.432)	(1.756)

(1) Refere-se, principalmente, aos pontos de relacionamento da Livel S.A. para futuras ações estratégicas da Ativos;

(2) Referem-se aos valores a pagar ao Banco do Brasil S.A. em decorrência da utilização do mecanismo de compartilhamento dos resultados referentes à cessão de carteiras de créditos e ressarcimento de custos diretos e indiretos;

(3) Refere-se à atualização dos dividendos pagos;

(4) BB BI, BB CI Holding, BB Elo Cartões, Banco Votorantim, Livel S.A. e Ativos Gestão.

A Ativos adquiriu do Banco do Brasil S.A. créditos oriundos de operações em prejuízo no montante de R\$ 130.543 mil no 1º semestre de 2026 (R\$ 355.320 mil no 1º semestre de 2025). Essas operações estão registradas em créditos adquiridos (Nota 6.e).

21 – Remuneração de empregados e administradores

Foi celebrado convênio de disponibilidade de empregados do Banco do Brasil S.A. para a Ativos, para o exercício de função estatutária e não estatutária. A cessão acontece na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco.

O Banco continuará processando a folha de pagamento desses funcionários mediante ressarcimento mensal pela Companhia de todos os custos decorrentes. Essa remuneração está inclusa em Despesas de Pessoal, conforme evidenciado na Nota 20.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros da Ativos (Em Reais):

	30/06/2026	31/12/2025
Número de funcionários	73	73
Menor salário	5.830,73	4.415,46
Maior salário	13.237,37	13.237,37
Salário médio	8.496,83	8.117,32
Valor médio dos benefícios oferecidos	8.047,75	6.339,88
Presidente	71.328,67	68.414,22
Diretor	59.120,16	56.704,55
Conselho de Administração	6.735,33	6.460,12
Conselho Fiscal	6.735,33	6.460,12

22 – Provisões, ativos e passivos contingentes

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

b) Provisões trabalhistas e cíveis

Ações trabalhistas

Referem-se, em sua maioria, a ações oriundas de funcionários das empresas de cobrança terceirizadas, sob alegação de responsabilidade subsidiária da Ativos.

Ações cíveis

As ações movidas contra a Ativos têm objeto, principalmente, em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como, na inclusão/manutenção do nome de devedores em órgãos de proteção ao crédito.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas e cíveis

	2º trimestre/2026	2º trimestre/2025	1º semestre/2026	1º semestre/2025
Demandas Trabalhistas				
Saldo inicial	100	--	100	--
Constituição	--	--	--	--
Reversão	--	--	--	--
Baixa por pagamento	--	--	--	--
Saldo final	100	--	100	--
Demandas Cíveis				
Saldo inicial	81.155	74.820	78.932	73.858
Constituição	14.625	16.713	27.067	30.783
Reversão	(6.781)	(9.585)	(14.212)	(19.570)
Baixa por pagamento	(2.920)	(4.359)	(5.708)	(7.482)
Saldo final	86.079	77.589	86.079	77.589
Total	86.179	77.589	86.179	77.589

A Administração da Ativos considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas e cíveis. Não há saldos de demandas fiscais prováveis em 30/06/2026 e 31/12/2025.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Cíveis
Até 5 anos	100	85.296
Acima de 5 anos	--	783
Total	100	86.079

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos contingentes – possíveis

Ações cíveis e trabalhistas

Não há outras demandas cíveis e trabalhistas classificadas com risco de perda possível, que não aquelas já incluídas no método massificado e que estão provisionadas (Nota 22.b), que necessitam ser divulgadas.

Em 30/06/2026 e 31/12/2025, não havia demandas fiscais possíveis a serem divulgadas.

23 – Outras informações

Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares 214/2025 e 227/2026, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

A Ativos vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte ParkShopping - Zona Industrial
(Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações contábeis intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ativos S.A. – Securitizadora de Créditos Financeiros

Brasília – DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da Ativos S.A. – Securitizadora de Créditos Financeiros (“Ativos S.A.”) em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração da Ativos S.A. é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.



Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Ativos S.A., cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Brasília, 28 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda CRC
SP-014428/F-0

Pedro Henrique Moura Machado
Contador CRC GO-022139/O-4

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Bruno Melo de Siqueira Vieira

DIRETORES

Betânia Mara Coelho Gama

Marcio Luiz Tavares

Pedro José Galhano de Oliveira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Eduardo Guedes Pinto

Daniel Regis Filho

Emir Simão Sader

Isabela Gomes Gebrim

José Alípio dos Santos

Juliano Brito da Justa Neves

Tito Livio Pereira Queiroz e Silva

CONSELHO FISCAL

Rodrigo Nunes Gurgel

Fabiano de Figueiredo Araujo

Rogério Jesus Alves de Oliveira

COMITÊ DE AUDITORIA

Egidio Otmar Ames

Aramis Sá de Andrade

Edson Teixeira

Fernando Florêncio Campos

Marcelo Gasparino da Silva

CONTADORIA

Pedro Henrique Duarte Oliveira

Contador Geral

Contador CRC-DF 023407/O-3

CPF 995.476.143-00

Keylla Oliveira de Araújo

Contadora CRC-DF 021577/O-4

CPF 004.999.291-01